

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA, DESAFIOS E CONQUISTAS NO CAMPO DA FORMAÇÃO DOCENTE

Isabelle de Luna Alencar Noronha ¹

RESUMO

Pensar a formação docente no campo do Programa de Residência Pedagógica (PRP) é se deparar com um terreno preñado de desafios e conquistas na Instituição de Ensino Superior (IES) que acolhe e submete o Projeto Institucional para a Coordenadoria Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e, das instituições de Educação Básica que recebem o programa. Implica em refletir quais diálogos se estabelecem entre as instituições citadas e como a formação docente, essa ação contínua e complexa que se inicia formalmente num curso de licenciatura, se efetiva. Esse artigo pretende inicialmente, discutir o Programa de Residência Pedagógica e a concepção de formação adjacente ao Projeto Institucional de uma determinada instituição de Ensino Superior no interior do Estado do Ceará; apresentar/refletir um recorte de experiências formativas interdisciplinares desenvolvidas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica, com o foco na sua segunda edição (2020-2022). Finaliza com uma síntese dos principais resultados, que não se configuram como dados prontos e/ou quantitativos, mas, dados que oferecidos à leitura exigem novas reflexões e análises qualitativas. Dentre os resultados, está a confirmação de que o processo formativo do docente é perene, requer constante estímulo, prima por atenção e cuidado, esteja ele na formação inicial e/ou continuada. A atual política de formação docente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior da CAPES, tem contribuído positivamente com tal processo.

Palavras-chave: Programa de Residência Pedagógica, Formação Docente; Projeto Institucional.

INTRODUÇÃO

Parece ser lugar comum reafirmar o poder limitado, mas real que a educação possui de mudar vidas, pessoas, mundos, principalmente quando levamos em conta a inserção da escola em uma sociedade capitalista, dividida em classes, e, dessa forma também, em modelos de educação. Dependendo do meio em que o ser que aprende se encontra, as oportunidades de crescimento físico, social, intelectual, moral, cultural pode ser mais ou menos favorável.

O fato é que ao legislar sobre a educação, a lei embora considere as desigualdades não pode solucioná-las como um antídoto, mas, estabelece normas, diretrizes e assim consiste em força, em instrumento do qual a sociedade pode, por ela respaldada, lutar pela superação de desigualdades, por inclusão e contra qualquer tipo de preconceito.

A política nacional de formação de profissionais da educação Básica (Decreto nº 8.752/2016), evidencia nos seus princípios o compromisso social, político e ético com a construção de uma nação soberana. Institui a colaboração constante e articulada entre o

¹ Professora Doutora do Depto. Educação da Universidade Regional do Cariri - URCA, isabelle.luna@urca.br

Ministério da Educação, as redes e sistemas de ensino e instituições educativas e formadoras. Incide diretamente em seus vários parágrafos, na formação docente, enfatizando para tanto, a colaboração entre os poderes federal, estadual e municipal. Também, a articulação entre a formação inicial e continuada, o diálogo entre teoria e prática. Coloca o papel preponderante da Instituição formadora, ao tempo em que, enaltece o campo da prática, o lugar onde a educação se faz, ou seja, a escola. Tem por objetivos, dentre outros, alcançar as metas estipuladas no Plano Nacional de Educação 2014-2024, que, já em fase de finalização, ainda não apresenta resultados consistentes, mas, é neste decreto, que encontramos o Programa de Residência Pedagógica,

Art. 11. No âmbito dos planos estratégicos a que se refere o inciso I do **caput** do art. 7º, o Ministério da Educação apoiará técnica ou financeiramente, conforme o caso:

[...]VII - programas de iniciação à docência, inclusive por meio de residência pedagógica; e

VIII - ações de apoio a órgãos e instituições formadoras públicas vinculadas às Secretarias de Educação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

§ 1º As formas de apoio técnico e financeiro serão definidas em ato do Ministro de Estado da Educação.

É importante citar que anteriormente, passos, já estavam se efetivando em direção a tal política de formação que culminou com a criação do Programa de Residência Pedagógica, posto que desde 2007, pela portaria normativa nº 38/2007, fora instituído o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, inicialmente para IES federais, e, após, o Decreto 6.755 de 29 de janeiro de 2009 instituiu o Plano Nacional de Professores da Educação Básica – PARFOR. Esses citados Programas foram se ampliando e aperfeiçoando, por meio da luta social e acadêmica, que vislumbrou neles possibilidades de execução de uma educação de melhor qualidade, ainda que com críticas pertinentes, e, momentos críticos de indefinições quanto a possíveis continuidades. É comum entre eles o propósito de formação integrada e articulada das Instituições de Ensino Superior com a rede de Educação Básica. É importante dizer que eles (PARFOR e PIBID) conquistaram respaldo social com suas atuações, e junto ao Programa de Residência Pedagógica, se configuram como as melhores ações institucionais, políticas e pedagógicas no campo da formação docente. Importante dizer ainda, que os programas citados também foram mudando as IES que os implantaram, com os recursos financeiros injetados, ainda que pequenos diante da grandiosidade que são as licenciaturas, segundo as características locais.

Entre 2016 e 2017 uma luta pelo “fica PIBID” ganhou proporções nacionais “[...] com participação efetiva das escolas e comunidade, envolvendo famílias de alunos, políticos locais, defensores incondicionais, que viam no programa realmente uma inovação positiva com melhoria da escola” (CARDOSO; MENDONÇA, 2019, p. 150) e por meio do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência² (FORPIBID), hoje, FORPIBID/RP,

Ao anunciar a nova Política de Formação de Professores, em 2017, o MEC sinalizou para a "modernização do Pibid" com a proposição de um novo programa, o Residência Pedagógica. A iniciativa não trazia elementos conceituais que representassem avanços, pelo contrário, a nova proposta mudava o desenho pedagógico inicial do Pibid, impondo condicionantes, que restringiam seu melhor funcionamento. Logo um conjunto de iniciativas incidiram na defesa da manutenção do Pibid, coexistindo com o Residência Pedagógica, indicando a necessária adequação à processos formativos semelhantes a modelo inicial. Obteve-se êxito na coexistência, avanços na proposta do novo programa. (CARDOSO; MENDONÇA, 2019, p. 150)

Com muitas interrogações e após várias discussões sobre a proposta, a nossa IES que já atuava com o PIBID e com o PARFOR, como ainda atua, implantou o Programa de Residência Pedagógica na sua primeira edição entre 2018-2020, depois veio a segunda, 2020-2022, e, a terceira, está em curso, 2022-2024. Consideramos as experiências exitosas, e, a seguir, pontuamos os desafios e conquistas no campo da formação docente com a implantação do Programa de Residência Pedagógica.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Tomando por base os princípios da etnopesquisa formação (MACEDO, 2008) esse trabalho nasce e se desenvolve no âmbito do Programa de Residência Pedagógica (PRP) para refletir a formação docente, seus desafios e conquistas. Nesse sentido ao propor à CAPES a proposta do PRP, inicialmente o grupo da IES, refletiu o conceito de formação, compreendendo-o, não como uma ação modular, mas como uma ação complexa (que requer múltiplas condições para o seu exercício) e continua, que se faz com o outro e consigo mesmo, em constante diálogo, busca, estudo, e, nesse sentido, concebendo o PRP como um lugar de formação inicial e continuada.

² A primeira gestão do FORPIBID iniciou os trabalhos em maio de 2014, com a introdução do Programa de Residência Pedagógica, a sigla congregou os coordenadores institucionais desse programa, ficando FORPIBID/RP

Segundo o Projeto Institucional do PRP/URCA³ o objetivo do programa é: “aperfeiçoar o processo formativo discente, de/em suas diversas licenciaturas, promovendo a necessária articulação teoria-prática-teoria, numa constante reflexão da formação à luz dos projetos pedagógicos de cada curso, em parceria e diálogo constante e fecundo com as escolas de Educação Básica.” Assim, um primeiro ponto a destacar é a coletividade envolvida em torno de um objetivo comum: fazer com que cada ação, transborde nas múltiplas dimensões técnica, política e humana do ato educativo, buscando fortalecer a docência em formação inicial e continuada.

Importante ressaltar que a IES na região em que se encontra, é pioneira no campo da formação docente, tem respaldo social para tanto. Muitos dos seus ex-alunos(as) estão na rede de Educação Básica local, ocupando as mais diversas funções, com ênfase no magistério. A IES sempre buscou, por meio de múltiplos programas de formação que desenvolve, além da graduação e pós-graduação manter um fecundo diálogo com a rede de Educação Básica, de tal forma que existe de fato, a parceria na realização deles. A URCA possui treze (13) cursos de licenciatura⁴ apenas nas cidades sede, o denominado triângulo CRAJUB AR⁵ onde se concentra o PRP, atualmente com o número de 165 bolsistas residentes. A região é o que a mídia costuma chamar de “celeiro cultural”, pois em suas cidades encontram-se religiosidade, inclusive com um santo popular, aclamado em todo o nordeste brasileiro, e, internacionalmente conhecido; muitos e diversificados grupos folclóricos; artesanatos em couro que reportam ao início do século passado; enfim, seu espaço geográfico, histórico e cultural, instiga estudos no campo da antropologia, arqueologia e paleontologia, dentre outros. Possui um Museu de paleontologia (que pertence a URCA) e a Fundação Casa Grande, Memorial do Homem Kariri, onde a ancestralidade do povo indígena kariri se faz presente num projeto educativo único no mundo. Faz parte da região a Chapada do Araripe que abriga a Floresta Nacional do Araripe, FLONA, daí porque ela destaca-se no interior do semiárido nordestino com uma vegetação perene e ciclos de chuvas regulares, embora também sofra com as altas temperaturas no verão.

A região foi/é a sede do primeiro *Geopark* das Américas reconhecido pela UNESCO, e tem atraído pessoas de diversos países para intercâmbios, pesquisas, eventos científicos. Então, como princípio na concepção de formação docente do PRP/URCA, há a valorização do lugar,

³ A Sigla será utilizada para indicar que se trata do Programa de Residência Pedagógica da Universidade Regional do Cariri – URCA.

⁴ Língua Portuguesa; Matemática; História; Geografia; Artes Visuais; Teatro; Educação Física; Física; Pedagogia; Biologia e Sociologia, apenas Língua Inglesa não faz mais parte no atual projeto, Química por ser um curso novo adotou apenas o PIBID.

⁵ Indica o avançado processo de conurbação de três grandes municípios do interior do estado do Ceará: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

o reconhecimento de suas potencialidades, o desenvolvimento do sentimento de pertença. Neste sentido um, dentre outros, dos objetivos específicos no Projeto Institucional é: “exercitar o trabalho com temas e conteúdos regionais nas diversas áreas de conhecimento, de acordo com o contexto social, as condições e objetivos da escola e as motivações e experiências dos alunos”.

A pesquisa se constitui como um eixo importante do processo formativo no PRP/URCA, os residentes são instigados a pesquisar a escola, o seu entorno, o ser professor(a), isso, acompanhados pelo preceptor, enquanto participam dos grupos de pesquisas dos seus/suas docentes-orientadores(as), assim concordamos com Pimenta (2017, p. 27) quando afirma que,

Para desenvolver essa perspectiva, é necessário explicitar os conceitos de prática e de teoria e como compreendemos a superação da fragmentação entre elas a partir do conceito de práxis, o que aponta para o desenvolvimento do estágio como uma atitude investigativa, que envolve a reflexão e a intervenção na vida da escola, dos professores, dos alunos e da sociedade.

O que se considera como conquistas e desafios de concretização, além dos princípios e objetivos citados é a formação de uma atitude interdisciplinar diante do conhecimento, e, esta tem sido buscada, para além das ações dos subprojetos que estabelecem parcerias. Há, executados pela coordenação institucional a realização do Encontros Interdisciplinares, e a troca mensal de compartilhamento de experiências, de saberes e fazeres de cada subprojeto, em reuniões promovidas pela coordenação institucional.

Inter, e, não, multi, pois compreende-se que o projeto já é multidisciplinar, mas, todas as licenciaturas que dele fazem parte, buscam o diálogo, a interação e o desenvolvimento de ações conjuntas sem abdicar do que é específico a cada uma delas. Assim, a interdisciplinaridade é posta como princípio e abrange vários aspectos no PRP da URCA. Os encontros interdisciplinares, são feitos de temas a estudar e refletir que nascem de conteúdos vivenciados no PRP e no campo educacional de forma geral, e, para tanto, o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento é fundamental.

SOCIALIZANDO PRÁTICAS, SUGERINDO NOVAS LEITURAS

Como foi colocado, para este artigo, pretende-se, agora, apresentar/refletir um recorte de experiências formativas interdisciplinares desenvolvidas no âmbito em que o Programa de Residência Pedagógica se realiza.

Importante dizer inicialmente, que os desafios colocados ao campo educacional são sempre maiores do que parecem ser. Ter os residentes nas escolas, vivenciando estes desafios

e as formas de superação destes, na formação inicial, já é um elemento potente no fortalecimento da docência. Por isso, também, cada vez mais se faz necessário o diálogo interdisciplinar entre formação inicial e continuada.

Em 2020 uma pandemia tomou conta da humanidade, as escolas foram fechadas, às pessoas foram impostas ao “isolamento social”, como fazer? Tínhamos um Projeto aprovado, residentes selecionados, os momentos iniciais foram tensos, até que a CAPES, autorizou o início de forma remota e o Ensino Remoto Emergencial se fez, do jeito que deu, mas com responsabilidade e cuidado.

Um dos objetivos específicos que consta no Projeto Institucional do PRP/URCA, apresenta: “compreender e incorporar as Tecnologias Digitais da Informação e comunicação em seus modos de funcionamento buscando educar para o uso consciente e democrático destas em todas as áreas.” É interessante afirmar que nesse campo, os residentes foram bem interativos, inclusive atuando como protagonistas com o uso de algumas mídias digitais, em virtude de alguns professores da Educação Básica desconhecerem tais tecnologias.

As desigualdades presentes na adoção do Ensino Remoto Emergencial, já foram muito discutidas, e, não é de interesse desse artigo retomá-las, apenas como exemplo citamos: a falta de recursos em muitos lares, o aumento significativo da pobreza, enfim, as dores físicas e emocionais, as perdas e a instabilidade política vivenciada no país a época.

As complexidades das ações formativas se fizeram ainda mais presentes, assim, na tentativa de contribuir com a escola, realizar o PRP, todo o grupo precisou aprender mais, aprender de respeito, ética, solidariedade, de tecnologias, enfim, conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais.

Os encontros formativos interdisciplinares, foram fundamentais para o fortalecimento do grupo naquele momento, estes tratavam temáticas comuns a todas as licenciaturas e nasciam das discussões mensais entre os docentes-orientadores dos subprojetos com a coordenação institucional.

As plataformas utilizadas nos citados encontros foram o *google meet*, o *GoBrunch* e, por vezes, os canais do *YouTube*. A primeira temática a ser desenvolvida foi “o Estágio Supervisionado e o Programa de Residência Pedagógica da URCA”, para refletir as concepções e as formas de realização deste, no âmbito da IES e das Escolas parceiras, assim como nas diversas licenciaturas da URCA.

O estágio como reflexão da práxis, possibilita aos alunos que ainda não exerceram o magistério aprender com aqueles que já possuem experiências

com a atividade docente. No entanto, a discussão dessas experiências de suas possibilidades, do porquê de darem certo ou não, configura um passo adiante à simples experiência. A mediação dos supervisores e das teorias possui papel importante nesse processo. (PIMENTA; LIMA, 2017, p. 97)

A segunda, versou sobre “O Ensino Remoto e os Recursos Tecnológicos no Programa de Residência Pedagógica da URCA”, por ser fundamental o entendimento do contexto, dos desafios comuns na educação, daqueles próprios a cada licenciatura e dos recursos para enfrentá-los. Esse encontro formativo foi feito com o apoio do Grupo de Estudos e Pesquisas em Tecnologias da Informação e Comunicação – GEPETIC/UFPB/CNPq.

A terceira temática, trouxe ao debate a “BNCC em ação: Ensino Fundamental e Médio”; A discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) veio praticamente como uma exigência da CAPES, no entanto, mais do que isso, é fundamental ao profissional da educação entendê-la em seu processo de implantação e de execução, era/é uma necessidade comum. Esse Encontro teve o apoio da Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Por ser uma discussão mais densa, a quarta temática, também tratou da “Base Nacional Comum Curricular no Programa de Residência Pedagógica da URCA”.

A quinta temática, “Escritas acadêmicas de si, experiências no Programa de Residência Pedagógica da URCA”, e, logo a seguir, a sexta temática “Escritas Criativas no PRP/URCA”, refletiram o ato de ler e escrever criativamente, e enfatizaram a produção do artigo, um relato de experiência, que é exigência do programa.

A sétima e última temática trabalhada, com os palestrantes convidados, foi “As políticas públicas e a Educação”, ocorreu como um debate fecundo em favor dos próprios programas PIBID e PRP, no sentido de que eles se transformem em políticas de Estado. Consigam crescer e aumentar o alcance de bolsas que são importantes para a formação docente de todos os profissionais envolvidos com eles, se configuram como campo de formação docente inicial e continuada. Realizar um estágio, com bolsa, acompanhado por um preceptor, poder adentrar os espaços da escola, com um docente-orientador e vivenciar o ensino, a pesquisa e a extensão a partir de um plano de atividades constantemente revistos e realimentado é um direito de todos(as) que fazem os cursos de licenciaturas, e, essa, é uma das fragilidades do PRP, o número de bolsas é insuficiente para abarcar todos os licenciandos.

A construção de sistemas educativos de qualidade, equitativos e inclusivos passa, necessariamente, pela efetivação de políticas docentes que promovam atratividade à carreira, formação inicial e continuada consistente, reconhecimento e possibilidade de desenvolvimento profissional, remuneração e condições de trabalho adequadas. (NOLETO, p. 7)

Entre os encontros citados, ainda, houve os eventos para a socialização de experiências pelos sujeitos/atores sociais do PRP, que se efetivavam com representantes por subprojetos, do Módulo I; Módulo II, e por fim, o encontro de maior dimensão, o Encontro Final, que teve por temática: a formação docente em foco, com a reflexão de Freire (2015) de que a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem, posto que, foi com amor e coragem que permanecemos atentos, fortes e em atividade num período tão difícil para a história da humanidade, esse marcado pela pandemia da Covid 19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de Residência Pedagógica apresenta muitas possibilidades de ação/formação no âmbito da Instituição de Ensino Superior, das Escolas parceiras em todos os níveis de ensino. É formação continuada para os preceptores (professores(as) que recebem os(as) residentes), para os docentes-orientadores, para a coordenação institucional. Seu alcance, no entanto, ultrapassa tais muros institucionais e ganha vida no(a) aluno(a) da escola básica que pode enriquecer seus saberes vivenciando as metodologias ativas provenientes do encontro entre a experiência docente (preceptor) com o deslumbramento de quem está começando a trilhar esse caminho (residente). A comunidade escolar ver/sente uma escola mais viva e atuante. Parafraseando Freire (1993, p. 5), podemos dizer que todos(as) “aprendemos em comunhão mediatizados pelo mundo”.

A qual mundo nos referimos? Esse em que nos movemos no terreno fertilizado da educação. Os encontros formativos interdisciplinares abordados no presente artigo, não se tratam apenas de uma transferência de atividades que já fazíamos no PRP presencial, para o virtual, em virtude do isolamento social que vivenciávamos à época, mas, sim, uma ressignificação desses encontros, que agora, dados à leituras, podem instigar novas formas de ação/formação.

O fundamental é a concepção que embasa tais ações, que tipo de profissional queremos ser, fazer ser, transformar. Na atualidade abordam-se os atrasos causados pelo ensino remoto emergencial em todos os níveis, em todos os lugares, e, isso é um fato, no entanto, podemos afirmar, que profissionais comprometidos agiram em meio a falta de condições estruturais, isso não é/seria o adequado, foi apenas o possível que despertou perspectivas, demonstrou potencial.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES; a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará – SEDUC, as Secretarias Municipais de Educação de Crato e de Juazeiro do Norte, e a Universidade Regional do Cariri – URCA.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Decreto** nº 8.752, de 9 de maio de 2016. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Disponível em: [Decreto nº 8752 \(planalto.gov.br\)](http://planalto.gov.br); acesso em 06.10.2023.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 38, De 12 de Dezembro de 2007. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pibid.pdf. Acesso em 06.10.2023

BRASIL. Decreto nº 6.755 de 29 de janeiro de 2009. Disponível em: [\(Microsoft Word - MANUAL OPERATIVO PARFOR - VERS\3030 ATUALIZADA 27-08-2014\) \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em 05.10.2023.

CARDOSO, N. S.; MENDONÇA, S. G. L.. A TRAJETÓRIA DE ATUAÇÃO DO FORPIBID-RP: ENTRE INOVAR A FORMAÇÃO E RESISTIR AOS ATAQUES. **Formação em Movimento**, v. 1, n. 1, p. 146-152, jan./jun. 2019. Disponível em: < 455-Texto do artigo-2299-1-10-20200703.pdf. Acessado em: 04 de out. de 2020

FREIRE, P. **Política** e Educação. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. Professora sim, tia não [recurso eletrônico] cartas a quem ousa ensinar. 24. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MACEDO, R. S.. Etnoformatividade: currículo, formação e narrativa. In: PASSEGI, Maria da Conceição e SOUZA, Elizeu Clementino (Org.). **(Auto) Biografia: Formação, território e saberes**. Natal, Rio Grande do Norte: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.

NOLETO, M. J.. Prefácio. In: Gatti, B. A. [et al] **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

OLIVEIRA, H. L. G.; LEIRO, A. C. R.. Políticas de formação de professores no Brasil: referenciais legais em foco. In: **Pro-Posições**. v. 30 . e20170086. Campinas, SP 2019. Disponível em: scielo.br/j/pp/a/R3qWFzj9Kjcztnng7YgJtwxc/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 04.10.2023.

PIMENTA, S.G.; LIMA, M.S.L. **Estágio e Docência**. 8 ed. rev., atual., ampl. São Paulo, 2017.